

- (14) "Maria no Novo Testamento", op. cit., p. 229. Os autores encontram dificuldade nessa explicação, que para mim no entanto parece evidente. Cf. a dificuldade ibid.

Endereço do Autor:

Seminário Teológico de SC

Cx. Postal 5041

88041 — FLORIANÓPOLIS — SC

A VIRGINDADE DE MARIA

Pe. Orlando Brandes

Prof. de Teologia Moral

Introdução

Nestes tempos de "revolução sexual", próprios de uma sociedade onde o prazer foi erigido em ídolo, de uma sociedade afrodíscica e falocêntrica, o tema da virgindade tem sabor de obscurantismo e repressão. Em tal ambiente a permissividade e o amor livre fazem do orgasmo o melhor símbolo de liberdade, felicidade e saúde, tornando anacrônico tudo o que se refere à castidade. O homem é profundamente condicionado pela cultura e pelo meio ambiente.

É preciso porém, resgatar os valores. Aliás, há uma grande fome e busca de valores nos dias atuais, como: a justiça, os direitos humanos, a ecologia, o desarmamento, a paz e tantos outros. Em relação ao sexo, busca-se hoje uma superação do tabu como também do permissivismo, ou seja, precisamos conquistar aquela "simpatia sexual" proposta por P. Ricoeur. Ir além do tabu e da revolução erótica.

Caberia aqui recordar Santo Agostinho: "Muitos se queixam que os tempos são maus. Mas lembrai-vos de que os tempos sois vós; mudai, e os tempos serão bons". Não se trata pois de amoldar-se aos tempos, mas de mudá-los. Não é possível desposar o espírito do tempo sem correr o risco de tornar-se logo viúvo. G.K. Chesterton, escritor anglicano convertido ao catolicismo, escrevia: "A Igreja é sempre a única a defender tudo o que é, no momento, estupidamente desprezado. Ela é a única coisa que poupa ao homem a escravidão degradante de ser produto de seu tempo".

O tema que estudaremos refere-se à virgindade de Maria, que não se limita só à abstenção de relações conjugais antes e depois do noivado e do casamento com José, mas inclui a "Virgindade no Parto", o parto Virginal e a virgindade perpétua, que na confissão católica está sintetizada nas palavras: "A Sempre Virgem Maria".

A Tradição entendeu que a virgindade de Maria é corporal, biológica, daí a expressão tradicionalmente conhecida: "permanecendo virgem, Maria deu ao mundo a Luz Eterna, Jesus Cristo Senhor Nosso". Mais ainda, já pelo final do século V aparece a fórmula ternária: "virgem antes do parto, no parto e depois do parto". Esta fórmula foi retomada por Paulo IV em 1555.⁽¹⁾

Igualmente pertence ao tesouro da fé a expressão "Natus ex Maria Virgine", quase sempre no sentido do parto virginal, isto é, milagroso.

A pesquisa que agora apresentamos sobre a virgindade de Maria, neste Ano Mariano, obedece ao seguinte esquema: Argumentos contra a Virgindade; Argumentos a favor da Virgindade; Reflexão teológica em torno do Tema e A Virgindade de Maria na Atualidade.

I — ARGUMENTOS CONTRA A VIRGINDADE

a) Há um verdadeiro conflito de interpretações a respeito do tema. Assim, segundo alguns, Jesus teria sido gerado por José e Maria, mas foi assumido por Deus, pelo Filho Eterno. Maria, segundo esta opinião, não é virgem biologicamente, Jesus teria nascido de José e a concepção virginal seria um acréscimo dos autores do Novo Testamento.⁽²⁾

b) Outros autores defendem uma concepção natural conjugal, sexual, sem que isto afete a divindade de Jesus. Assim escreve J. Ratzinger: "A filiação divina de Jesus não se apóia sobre o fato de que Jesus não tenha algum pai terreno. A divindade de Jesus não seria prejudicada no caso em que ele fosse gerado em matrimônio humano normal. A filiação divina não é um fato biológico, mas ontológico, acontecido no seio da Trindade desde sempre. Deus é sempre Pai, Filho, Espírito Santo. É o Filho Eterno que se fez homem"⁽³⁾. A Bíblia não diz expressamente que Maria permaneceu Virgem. "A virgindade permanente de Maria após o nascimento de Jesus não é uma questão suscitada diretamente pelo Novo Testamento".⁽⁴⁾

c) Afirmar que Maria permaneceu Virgem significa que ela não teve mais filhos e que não consumou seu matrimônio com José. Além disso, durante o parto ela não teria perdido a virgindade biológica, pois ela é chamada "sempre virgem". A dificuldade aqui levantada é se Maria, nestas circunstâncias, teve uma plena maternidade e se Jesus teve um verdadeiro nascimento. Em outras palavras, uma plena maternidade exclui a virgindade no parto.

d) O contexto bíblico onde é revelada a concepção virginal, "O Evangelho da Infância", é de dúvida historicidade. Uma vez contestada a historicidade do texto, fica prejudicada a questão da virgindade".⁽⁵⁾

e) O silêncio do resto do Novo Testamento. Paulo refere-se a Jesus como "nascido de Mulher" (Gal 4,4), e não como nascido de uma virgem. João (1,13), fala de Jesus que "nasceu não da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus"⁽⁶⁾. Não se pode afirmar que aí esteja revelada a concepção virginal de modo explícito, talvez implicitamente. O texto referir-se-ia à filiação divina de Jesus na sua preexistência e à ação do Espírito Santo na Encarnação.

f) A concepção e o parto virginais revigoram as heresias do Docetismo e do Gnosticismo, que admitem apenas um corpo aparente em Jesus.

g) Há quem veja na concepção virginal a reprodução dos mitos pagãos que retratam o matrimônio entre deuses e virgens.

h) Pode ser plausível a virgindade antes e depois do parto, mas a virgindade no parto requer intervenção milagrosa, o que obscurece o realismo de um nascimento verdadeiro. Assim, Santo Efrém admitia o parto natural mas ensinava que, depois, houve uma "restitutio in integrum".⁽⁷⁾

i) O Evangelho segundo Mateus deixa entrever que José, quando percebeu a gravidez de sua noiva, resolveu deixá-la. Seria suspeita de uma infidelidade? Como explicar a atitude de José?

j) Os estudiosos do dogma não são concordes em relação à qualificação teológica da virgindade. Para uns trata-se de um dogma definido; para outros, é "de fide"; outros ainda, "de fide divina et catholica".

l) Clemente de Alexandria escreve: "Alguns dizem que Maria depois do parto permaneceu virgem, enquanto outros, que agora são a maioria, defendem um parto totalmente normal" (Strom. VII, 16, 93, 7). Este depoimento leva-nos a concluir que até o final do século II, a concepção virginal não era doutrina geral, nem eclesiasticamente obrigatória, ao menos em relação à virgindade no parto.⁽⁸⁾

m) Não se sustenta biblicamente a tese agostiniana segundo a qual Maria teria feito voto de virgindade antes do casamento. No contexto judaico a virgindade era uma humilhação, possuía pouco valor e cabia aos pais a escolha do estado de vida de sua filha. Além disso, Maria, na Anunciação, já era "noiva de José" (cf. Lc 1,27 e Mt 1,18). Ela provavelmente queria casar-se e ter filhos. ⁽⁹⁾

n) A concepção virginal está em consonância com o gênero literário dos nascimentos miraculosos. Neles há cinco elementos: aparecimento do enviado, perturbação do destinatário, anúncio, objeção do protagonista e o sinal. Lucas teria dramatizado algo que se passou internamente no coração de Maria. Assim, a concepção virginal não passaria de uma forma literária. ⁽¹⁰⁾

o) A absolutização da virgindade vem em detrimento do matrimônio, inflacionando o moralismo e o negativismo em relação ao corpo e sexo, aumentando o vigor da dupla moral e do machismo.

p) Os evangelhos aludem aos "irmãos de Jesus" com uma certa insistência. No Novo Testamento encontramos sete referências. Seriam eles filhos de José e de Maria? Em caso de resposta afirmativa, seríamos obrigados a aceitar a concepção virginal de Jesus e ao mesmo tempo admitir que José e Maria viveram a vida conjugal em plenitude. Nestas condições Maria não seria virgem depois do parto.

Passemos agora a considerar os argumentos favoráveis à virgindade. Notemos que não é a quantidade, mas a qualidade dos argumentos que dão peso às reflexões.

II — ARGUMENTOS A FAVOR DA VIRGINDADE

a) Cristo não nasceu de José (Mt 1,16; Lc 1,34). O Novo Testamento não fala de um pai biológico de Jesus. O Salvador nasceu por obra do Espírito Santo. Seria também heresia dizer que o Espírito Santo é o Pai de Jesus. Se José fosse Pai de Jesus no sentido biológico, ter-se-ia atribuído a ele uma função histórico-salvífica e uma veneração igual à de Maria. José entra no relato na infância em vista da genealogia messiânica. Cabe-lhe dar davidicidade a Jesus, o Novo Moisés e condutor do Novo Povo. Jesus é filho de Davi mediante José. Por que então José decide deixar Maria secretamente? Schillebeeckx e Boff respondem: sabendo da ação de Deus em Maria, por ser justo, José decide deixá-la para não atrapalhar os desígnios divinos, mas o anjo esclarece a José a vontade de Deus (Mt 1,18-21).

b) A concepção virginal não pode ser comparada com os mitos pagãos porque o Espírito Santo não aparece como Pai de Jesus. Portanto, não há uma relação sexual entre Deus e Maria como existe nos mitos. O centro da virgindade de Maria não é a atividade sexual entre deuses e virgens, mas o poder de Deus e o sim livre de Maria. Exclui-se qualquer tentativa de modelo teogâmico. ⁽¹¹⁾

c) O Evangelho da Infância, embora possa não ser histórico, é todavia teológico. Inclusive Mateus fundamenta-se em Is 7,14: "Uma virgem conceberá...". Defende-se também a hipótese de que Mateus e Lucas serviram-se de uma tradição familiar como fonte da concepção virginal. Outros autores preferem ver no texto um "Theologoumenon" bíblico ⁽¹²⁾ Numa perspectiva de analogia da fé, a santidade de Maria, a filiação divina de Jesus e sua impecabilidade são doutrinas que supõem a concepção virginal.

É no Novo Testamento que aparece um novo conceito de virgindade como dom de si a Deus.

d) Há diversos tipos de virgindade. As vestais serviam à deusa Vesta. Sua virgindade aplacava os deuses. É a virgindade cultica. Entre os estóicos aconselhava-se o controle de si em vista da iluminação divina. Ensina-se o heroísmo e a técnica de autocontrole. É a virgindade ética. Entre os judeus, no Antigo Testamento, a virgindade não possuía valor particular: veja o episódio da filha de Jefté (Jz 11,37). É no Novo Testamento que aparece um novo conceito de virgindade como dom de si a Deus. É a virgindade teológica. Trata-se de uma novidade do Reino.

e) Maria queria casar-se com José. Já eram noivos quando aconteceu a Anunciação. Tendo tomado consciência da vontade de Deus, após a Anunciação, Maria e José renunciaram ao uso do matrimônio "por causa do Reino dos Céus". Era costume no Judaísmo celebrar o noivado por ocasião da doação da filha por parte do pai. Este ato jurídico era já um matrimônio legal. A co-habitação só começava quando o rapaz recebia a moça em sua casa. Aqui começava a vida matrimonial.

Não era permitido haver relações no período entre doação e co-habitação. Maria era noiva de José, não co-habitava com ele, não estava autorizada a ter relações. Neste ínterim, deu-se a anunciação.

Romano Guardini tem uma explicação notável. Maria tinha conhecimento da maternidade messiânica. Havia a promessa de Deus (Is 7,14) de que uma moça núbil (hebr. *almah*) seria mãe do Messias, mas esta maternidade seria virginal. A partir da maternidade messiânica e, portanto, da maternidade virginal, compreende-se a pergunta de Maria ao anjo: "Como se fará isso, se não conheço homem?". Isto é, não conheço, nem posso, nem devo conhecer varão. O anjo responde: "Deixa estas coisas para Deus". Maria entendeu que sua maternidade seria virginal, diz Guardini.

f) A questão dos "irmãos de Jesus" não causa problemas para a concepção virginal porque "irmãos" equivale a primo, sobrinho, parente. Além disso, os textos nunca se referem a possíveis "filhos de Maria ou José". Pelo contrário, em Mc 6,3, Jesus é chamado de "o filho", o que denota ser ele o único. O que mais convence nesta questão é que a Mãe dos irmãos de Jesus é Maria de Cléofas (Jo 19,25), que é irmã de Maria, a Mãe de Jesus. Ou, segundo Hesequio, escritor do século II, Cléofas é irmã de José. Em ambas as explicações, os irmãos de Jesus são seus primos ⁽¹³⁾. Esta questão aprofundaremos mais adiante.

g) A maioria dos SS. Padres defende o parto milagroso e sem a dor. Desde o século II é aceita a virgindade corporal, pois Inácio de Antioquia menciona-a em suas cartas. ⁽¹⁴⁾

h) O magistério da Igreja ensina que Maria foi "sempre Virgem" permanecendo Virgem. . . As fontes mais importantes deste ensino são: Sínodo de Milão (390); I Concílio de Constantinopla (381); Concílio de Calcedônia (451); II Concílio de Constantinopla (553); Concílio de Latrão (649); Sínodo de Toledo (675); Concílio Lateranense IV (1212); Constituição "Cum Quorundam" de Paulo VI (1555); as Encíclicas Marianas e a *Gaudium et Spes* n. 63.

i) O ensino do magistério é inequívoco em relação à concepção e ao parto virginal. Os teólogos, porém, discordam a respeito da qualificação teológica deste dogma. Eis algumas interpretações: É doutrina infalível (R. Brown); não é uma absoluta definição da Igreja (L. Boff); é definição magisterial explícita (K. Rahner); não é "de fide definitiva", mas "de fide" (M. Schmaus); é verdade de fé definida (Gebara-Bingemer); é um dogma de fé católica (Paulo VI); é "de fide" (L. Ott). Parece-me que a questão poderia ser definida nestes termos: a concepção virginal é um dogma cuja qualificação é "de fide". O parto milagroso não é matéria definida, embora seja uma doutrina ensinada desde o século III.

Vamos agora contemplar a teologia da virgindade, pois nela está o centro da questão. Sem uma visão teológica do tema, não se vai além da cosmovisão pagã e cultural do sexo e, mais precisamente, da virgindade.

III — TEOLOGIA DA VIRGINDADE DE MARIA

Na hierarquia das verdades, o parto virginal é uma questão secundária, mas a concepção virginal tem fundamento teológico sólido. As razões últimas da virgindade estão na Cristologia e na Pneumatologia. Em Cristo temos o novo começo da humanidade, que é uma absoluta iniciativa de Deus, gratuidade divina.

Jesus nasceu do Alto sem as taras da história. É a eclosão da nova humanidade. Esta nova criação, obra do poder e sabedoria de Deus, tem seu início na concepção virginal, a qual proclama o absoluto de Deus.

Outro aspecto teológico da virgindade é a entrega total de Maria a Deus, sua doação e abandono numa atitude de pobreza extrema. Não se trata de um desprezo ou inferioridade do matrimônio, mas de um novo modo radical de amar a Deus. Assim, o parto de Maria corresponde ao seu ser. Ela pertence de modo especial à história da salvação. É o parto de uma pessoa "cheia de graça", dando à luz o Novo Adão, semente do Novo Povo plasmado pelo Espírito, do qual Maria é figura e símbolo.

É no contexto da história da salvação que a virgindade de Maria encontra sua razão de ser. Ela vive com José o celibato por causa do Reino dos Céus. Em sua vida cristocêntrica, Maria fez, de seu Filho, o Senhor e centro de seu matrimônio. Assim, Jesus santificou o matrimônio como filho, muito mais do que como convidado nas bodas de Caná. Pela virgindade, a entrega a Deus é imediata; no matrimônio é mediata. Não é a partir da sociedade pós-cristã e neopagã que entenderemos a virgindade, mas como novidade do cristianismo, como revelação do Novo Testamento.

Maria concebeu Jesus primeiro no coração, isto é, creu em Deus e passou a concebê-lo no corpo.

Maria concebeu Jesus primeiro no coração, isto é, creu em Deus e passou a concebê-lo no corpo. Pela fé, Maria é toda de Deus e a Ele nada é impossível. Ele pode fazer brotar a vida lá onde para a criatura humana seria impossível. É a ação de Deus que torna fecundas mulheres como: Sara, Rebeca, Raquel, Ana, Isabel. Assim, Jesus não surge do normal relacionamento erótico de dois parceiros humanos, mas do poder do Altíssimo, da soberania de Deus.

IV — DUAS QUESTÕES ESPECIAIS: OS IRMÃOS DE JESUS E A VIRGINDADE NO PARTO

4.1. A questão "dos irmãos de Jesus" requer atenção especial em vista do ecumenismo e da ação pastoral junto ao povo que nos indaga a respeito da família de Jesus. O texto básico consultado é um resumo feito por A. Antoniazzi, na Revista "Atualização" (jan.-fev., 1976) do famoso livro de J. Blinzler. "I Fratelli e le Sorelle de Gesù", Paidéia, 1974.

No Novo Testamento há sete referências aos "irmãos de Jesus": Mc 3,31-35 e 6,3; Mt 13,55; Jo 2,12 e 7,3-5; Atos 1,14; Gal 1,19; 1 Cor 9,5. São citados os nomes dos quatro "irmãos" e as demais são "irmãs": Tiago, José, Judas e Simão.

No aramaico e hebraico o termo irmão indica também primo, sobrinho ou parente próximo. Temos casos no Antigo Testamento

em que o termo irmão é usado no lugar de sobrinho (Gen 12,5) e de primo (Lev 10,4). Blinzler cita 18 casos no AT que, traduzidos para o grego como adelfós (irmão), não indicam irmão carnal e sim outro parente.

Na Igreja primitiva os irmãos de Jesus são seus seguidores ao lado dos apóstolos (1 Cor 9,5; Atos 1,14). Os "irmãos de Jesus", isto é, seus parentes, acompanham Maria exatamente porque ela não tem mais marido nem filhos.

Em Lc 2,41-52, só Jesus está em Jerusalém com José e Maria. . . Não se fala de outros irmãos. Se Maria tivesse mais filhos por que eles não são mencionados na peregrinação?

Em Mc 3,21 os "parentes" de Jesus, identificados como seus "irmãos" em 3,31 acreditam que ele está "sem juízo". Isso supõe que eles eram mais idosos que Jesus pois, na Palestina, o irmão mais novo nunca podia proteger o mais velho. Jesus era o mais velho por ser primogênito. Assim, se Jesus tivesse outros irmãos mais novos, como poderiam eles falar de Jesus de modo tão autoritário e até humilhante?

Como já aludimos acima, no Novo Testamento nunca se fala de filhos de Maria e José, exceto no caso de Jesus. Na história da infância jamais aparece alusão a outros filhos da Sagrada Família.

A pesquisa exegética chegou a concluir: Tiago e José são filhos de "outra Maria" (Mt 27,61; 28,1) que poderia ter parentesco com Maria, mãe de Jesus. Hegesipo, escritor do século II, afirma que Simão e Judas são filhos de Cléofas, irmão de José e tio de Jesus. Em Jo 19,25 está escrito que Maria, mulher de Cléofas é irmã de Maria, a mãe de Jesus. Segundo Mc 15,40, José e Tiago são filhos de Maria de Cléofas. Em todo caso, os chamados "irmãos de Jesus", são filhos de outra Maria. A este respeito Cirilo F. Gomes tece o seguinte comentário: "Maria, ao ficar viúva, teria ido morar com seus parentes, presumivelmente na casa de Cléofas, irmão de São José, onde Jesus conviveu com os primos, formando com eles uma grande família. Maria aparece em público acompanhada desses parentes".⁽¹⁵⁾

Outro argumento apresentado por Blinzler é sobre o Salmo 68 que aparece 18 vezes no Novo Testamento. Neste salmo se diz: "Tornei-me um estranho para meus irmãos, um desconhecido para os filhos de minha mãe". Os "familiares de Jesus", que são incrédulos a seu respeito, poderiam ter aplicado tais versos a Jesus, mas não o fizeram.

Finalizando, acrescentamos um argumento já bastante divulgado a respeito da entrega de Maria na cruz ao discípulo amado e não a um irmão de Jesus. Se Jesus tivesse outros irmãos, teria confiado sua mãe a um deles e não a João (cf. Jo 19,27).

Creio que o conjunto destas reflexões nos ajudam a resolver a famosa questão dos "irmãos de Jesus". Quem, então, constituiu a família de Jesus? "Quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe" (Mc 3,35). A família de Jesus é formada por aqueles que fazem a vontade de Deus, a chamada "família escatológica".⁽¹⁶⁾

4.2. Tendo esclarecido a primeira questão, passemos agora à segunda, ou seja, estudaremos a perpétua virgindade, portanto a dimensão biológica e corporal do parto da mãe de Jesus.

A virgindade no parto não é revelação expressa da Bíblia, mas um dado da Tradição como vimos. Assim escreve Schmaus: "Desde o século III os Padres e teólogos defendem o parto sem dor e sem laceração corporal. Sem dúvida esta tese não pode qualificar-se de dogma. Pode-se dizer que o parto de Maria é um ato plenamente pessoal e humano e que está inteiramente marcado pela graça da maternidade, sem que se possa definir objetivamente o que constitui a virgindade no parto. É doutrina constante da Igreja que Maria deu à luz a Jesus sem detrimento de sua integridade e permaneceu sempre virgem. Mesmo não tendo a este propósito uma definição formal, senão só declarações eclesásticas não infalíveis, a perpétua virgindade de Maria é verdade certa de fé da Igreja e de sua pregação".⁽¹⁷⁾

O nascimento virginal é uma autêntica teologia da graça.

A "virginitas in partu" será sempre uma questão espinhosa para quem considera Maria apenas uma judia do seu tempo e para quem interpreta a virgindade a partir de uma cosmovisão da cultura moderna racionalista e sexista. O nascimento virginal é uma autêntica teologia da graça. É o parto de uma pessoa "cheia de graça", sob a ação Daquele que do nada e da morte suscitou a vida. Se considerarmos a virgindade de Maria na ótica da pobreza e da ação poderosa de Deus na fraqueza humana, esta verdade de fé pode ser compreensível também para o homem de hoje.

R. Brown afirma que hoje há três posicionamentos em relação à "virginitas in partu": aceitação do parto milagroso, atitude agnóstica em relação ao assunto e, por fim, uma tendência cada vez mais acentuada pelo parto natural, humano, normal. A laceração do hímen torna-se secundária.

Impressionante é a conclusão de quatro exegetas de diferentes denominações cristãs que escreveram em conjunto o livro "Maria no Novo Testamento", Ed. Paulinas, 1985, sendo J. Reumann o organizador da obra. Eis as conclusões dos autores:

1. A virgindade permanente de Maria após o nascimento de Jesus não é uma questão suscitada diretamente pelo Novo Testamento.

2. Uma vez suscitada na história posterior da Igreja, foi essa questão que chamou a atenção para o exato parentesco dos "irmãos" de Jesus.

3. Uma vez despertada a atenção, não se pode afirmar que o Novo Testamento os identifique, sem sombra de dúvida, como irmãos e irmãs carnis de Jesus e, portanto, como filhos de Maria.

4. A solução preferida pelos autores dependerá, em parte, da autoridade que eles reconhecem às posteriores intuições da Igreja.

Em resumo, a questão se configura nos seguintes termos: a Bíblia não se refere explicitamente ao parto virginal, porém desde o século III a Tradição e a fé da Igreja acreditam na virgindade perpétua. Hoje, é aceitável a concepção virginal. Maria não teve relações carnis com José. Mas, é questionado o parto virginal. A última intervenção do Magistério sobre o assunto aconteceu na edição do Catecismo Holandês, ocasião em que a Congregação para a Fé exigiu clareza sobre a virgindade perpétua e os autores corrigiram a edição original esclarecendo que o parto de Maria foi virginal.

V — O VALOR SOCIAL E PASTORAL DA VIRGINIDADE.

Não queremos fazer aqui uma apologia do hímen. A virgindade é uma opção de vida, é atitude de fé, é uma consciência de valores, é uma autêntica possibilidade humana. É neste sentido que vamos refletir.

a) *A virgindade e o bem comum.* A energia sexual liberada, sem ética, é perigosa. Mundialmente são realizados 120.000 abortos por dia. A estatística é da ONU. Crimes sociais, vinganças, desuniões, ódios, doenças e muitas outras conseqüências são provocadas por falta de uma ética sexual equilibrada. Quantos conflitos e sofrimentos vividos em família têm sua raiz numa permissividade moral que acaba sendo nociva à comunidade.

b) *A virgindade e a saúde.* A castidade contribui para a formação da personalidade. A ruína moral levou a um aumento da neurose. O homem não pode viver sob o princípio do prazer, sem comprometer a sua saúde. Aumentou a capacidade de copular e diminuiu a capacidade de amar. "Hoje se ejacula como

se urina", diz J. Brun. Faz-se sexo com sensação, mas sem emoção. O maior testemunho de Victor Frankl é ter constatado que a liberação sexual não trouxe a esperada felicidade para o povo americano. Pelo contrário, o tédio, a apatia, a neurose, a droga, o suicídio, as seitas aumentaram.

c) *A virgindade e a justiça.* A sociedade seduz a mulher ao amor livre e depois discrimina a mãe solteira. É injusto oferecer emprego a uma garota às custas do prazer sexual. São Tomás ensina que o adultério é um pecado que fere a justiça em quatro direções: Deus, o cônjuge traído, os filhos e a si mesmo. É injusto o sexo-mercadoria em forma de tráfico de mulheres, aproveitamento de secretárias, lucro com a prostituição.

d) *A virgindade e o direito à inocência.* Todos temos direito à inocência e ao pudor, especialmente as crianças. Precocemente as crianças e os jovens são induzidos à vida sexual, sem a maturidade física, psíquica e ética. Isso desagrega a personalidade. Muitas vezes a revolta dos jovens é um protesto contra as incoerências dos adultos.

e) *A virgindade e a civilização.* A defasagem moral levou muitas civilizações à decadência. É um testemunho incontestável da história. Temos necessidade de uma revolução moral e espiritual, para não sermos vítimas da tirania do prazer, do agradável, que são formas egocêntricas e infantis de viver. O pior é que, por trás de tudo, está uma mórbida especulação de lucro. A permissividade é uma idolatria, uma ideologia, uma mercadoria.

f) *A virgindade e a explosão demográfica.* O planejamento familiar não pode ficar sob o império da pílula, da esterilização e do aborto. Para os casados também existe a "castidade conjugal".

Não se pode deixar para a química (pílula) nem para as multinacionais a solução demográfica.

Auto-controle, renúncia, sublimação, são valores plenamente humanizantes. Quem se poupa não cresce. As grandes personalidades foram forjadas na escola do sacrifício. Não se pode deixar para a química (pílula) nem para as multinacionais a solução demográfica. A educação para o amor é mais justa e mais humana que o comércio de anticoncepcionais.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim de nossa pesquisa, constatamos que uma questão como a que estudamos pode não ter relevância nos ambientes teológicos da América Latina. Vale, porém, lembrar aqui o que escreveu T. Merton: "Se queremos ajudar o próximo, temos que escrever coisas que serão condenadas por outros". Tentemos traçar algumas conclusões:

a) Não se deve confundir concepção virginal com parto virginal. Os autores estão mais propensos a aceitar a concepção virginal mas têm reservas em relação à virgindade no parto. O magistério porém, não vacilou nunca em ensinar aos fiéis que a virgindade de Maria é perpétua.

b) A qualificação teológica mais comum da concepção virginal ensina que este é um dogma sem definição infalível, mas "de fide". Quanto ao parto virginal não há fundamento bíblico explícito, mas há uma forte opção da Tradição e do ensino magisterial a seu favor. Trata-se de uma verdade certa da Igreja.

c) Uma das linhas distintivas e divisórias entre o cristianismo e o paganismo é a virgindade. Martírio, virgindade e vida monacal marcam a identidade do cristianismo na era constantiniana. É uma linha divisória entre o mundo pagão e a vida cristã. Hoje nossa sociedade tem fortes traços de paganismo. É uma sociedade pós-cristã e neopagã. É neste contexto que a virgindade entra

em crise. A virgindade teológica nasce com o Novo Testamento, com o cristianismo. Restaurá-la hoje, em meio ao neopaganismo, é acreditar no absoluto do Reino e profetizar contra os ídolos escravizantes do homem moderno.

d) O sexo, diz E. Fuchs, assume a função de Deus em nossa cultura, é adorado e dele se espera resposta para todas as necessidades dos homens. Já se escreveu que o "Ocidente é um Acidente" onde se opta pela facilidade e não pela fidelidade, onde o agradável é a verdade primeira, onde o narcisismo é o critério básico do existir. Semelhante ideologia só pode exorcizar a castidade, a renúncia, a sublimação e os demais valores.

e) A concepção virginal é um gesto divino, altamente significativo para uma sociedade que quer resgatar o valor do feminino e superar os ideais do machismo. Deus suscita a vida sem a força orgulhosa do poder machista e eleva o fraco, o oprimido. Deus faz maravilhas a partir da fraqueza, da humilhação, da fragilidade. Confunde os sábios e fortes. A glória de Deus se manifesta na impotência. A preferência de Deus pelos pobres torna-se clara e explícita na concepção virginal, pois ali acontece o maravilhoso encontro entre o poder de Deus e a pobreza humana. Dá-se a elevação do feminino e a desaprovação do machismo. É o início da "justiça erótica" que em nossos dias precisa ser defendida.

f) O cristão sabe que a virgindade é fecunda. Escreve L. Boff: "A virgindade cristã é maternal, gera filhos para o Reino". O Espírito cria uma nova ordem de fecundidade. Nasce uma nova concepção de família. O Reino é o valor absoluto.

g) Na analogia da fé, a virgindade de Maria é luz para o celibato, para a consagração religiosa, para a vivência cristã da castidade. Em outras palavras, a castidade é uma questão relacionada com o primeiro mandamento. Caberia lembrar novamente que não estamos fazendo uma apologia do hímen. Acima da virgindade corporal está a castidade moral. Bem escreveu o episcopado da Alemanha: "Todo aquele que após uma queda procurar levantar-se, recomeçando seu processo de conversão, é uma pessoa casta". Uma castidade orgulhosa é mais impura que uma impureza humilde.

NOTAS

- (1) GOMES, C. F., *Riquezas da Mensagem Cristã*, Ed. Lumen Christi, RJ, 1981, p. 438-439.
- (2) Cf. Boff, L., *O rosto materno de Deus*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1979, p. 146.
- (3) Cf. Ratzinger, J., *Introduzione al Cristianesimo*, Queriniana, Brescia, 1969, p. 222.
- (4) Cf. VV. AA., *Maria no Novo Testamento*, Ed. Paulinas, SP, 1985, p. 83.
- (5) Brown, R. E., *A concepção virginal e a ressurreição corporal de Jesus*, Ed. Loyola, SP, 1987, p. 54-55.
- (6) Este versículo, porém, no singular, é atestado só por poucos manuscritos. Cf. Bíblia de Jerusalém, Ed. brasileira (Ed. Paulinas, SP) de 1981, modificada na Ed. de 1985.
- (7) Cf. Rahner, K., *Virginitas in Partu*, *Escritos de Teologia*, vol. IV, Taurus Ediciones, Madrid, 1963, p. 200.
- (8) Cf. Rahner, K., op. cit. p. 193.
- (9) Cf. Schillebeeckx, E., *Maria, Mãe da Redenção*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1968, p. 45.
- (10) Cf. Vallauri, E., *Virgindade de Maria*, art. in REB, junho-agosto 1974.
- (11) Gebara, I. e Bingemer, M. C. L., *Maria, Mãe de Deus e Mãe dos pobres*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1987, p. 121.
- (12) Cf. Brown, R. E., op. cit., p. 55.
- (13) Cf. Müller, A., *Lugar de Maria e sua Cooperação no Acontecimento Cristo*, in *Mysterium Salutis*, vol. III, Tomo II, Ed. Cristiandad, Madrid, 1971, p. 481.
- (14) Cf. Rahner, K., op. cit. p. 199.

- (15) Gomes, C. F., *Riquezas da Mensagem Cristã*, Ed. Lumen Christi, RJ, 1981, p. 443.
- (16) Cf. VV. AA., *Maria no Novo Testamento*, Ed. Paulinas, SP, 1985, p. 61-64.
- (17) Schmaus, M., *Sacramentum Mundi*, Ed. Herder, Barcelona, 1972, vol. IV, col. 432-433.

Endereço do Autor:

Seminário do ITESC

Caixa Postal 5041

88041 — FLORIANÓPOLIS — SC

O CULTO DE MARIA NA LITURGIA

Pe. Walter Maurício Goedert
Professor de Liturgia

Introdução

"Digna de todo o louvor, santa mãe do Verbo, santíssima entre todos os santos, recebe nosso canto e nossa oferta, salva o mundo de todo o perigo; de todos os males e de todos os castigos futuros livra a nós que cantamos: Aleluia!". Assim termina o "AKATHISTOS", um dos hinos mais antigos que canta a maternidade divina de Maria, no mistério de Cristo e da Igreja, comum à Igreja Católica e à Igreja Ortodoxa de tradição bizantina.

De fato, as palavras proféticas de Maria "*Doravante as gerações todas me chamarão de bem-aventurada*" (Lc 1, 48), se tornaram realidade em todas as épocas e em todas as nações. Lá onde o mistério de Deus é vivido e acolhido surgem maravilhas, porque o Todo-Poderoso faz grandes coisas, olhando para a humilhação de seus servos e estendendo sua misericórdia de geração em geração. "*Na verdade, Maria está unida a Cristo de um modo absolutamente especial; e é amada neste Filho muito amado, desde toda a eternidade, neste Filho consubstancial ao Pai, no qual se concentra toda a magnificência da graça*" (Redemptoris Mater — RM 8).

I — A PRESENÇA DE MARIA NA LITURGIA

a) Um pouco da história

Desde o início da Igreja, Maria ocupa um lugar de destaque, tanto na Liturgia Oriental como na Ocidental. Constatamos sua presença nas Festas marianas, nas Orações Eucarísticas, nos hinos, na arte-sacra, na teologia dos Concílios e na vida da Igreja, em geral. Uma presença histórica, teologicamente refletida e liturgicamente celebrada, com consequências espirituais e pastorais.

Com empenho, o Concílio Vaticano II procurou esclarecer tanto a missão da Bem-Aventurada Virgem Maria no mistério do Verbo Encarnado e no Corpo Místico, como os deveres dos homens remidos para com a Mãe de Deus, Mãe de Cristo e dos homens, mórmente dos fiéis (LG 54).

O documento de Puebla, por sua vez, insiste: "*Maria é verdadeiramente Mãe da Igreja. Marca o Povo de Deus.*" Paulo VI faz sua uma fórmula concisa da tradição: "*Não se pode falar da Igreja sem que esteja presente Maria*" (Marialis Cultus — MC 28). Trata-se de uma presença feminina, que cria o ambiente de família, o desejo de acolhimento, o amor e o respeito à vida. É presença sacramental dos traços maternos de Deus. É uma realidade tão profundamente humana e santa que desperta nos crentes as preces da ternura, da dor e da esperança (P 291).